



## O ENSINO DE GEOGRAFIA NOS DOCUMENTOS OFICIAIS: UM OLHAR PARA OS COMPONENTES FÍSICO-NATURAIS

Geography teaching in official documents: a look at the physical-natural components

**Maria Pereira da Silva Xavier**

Colégio Técnico de Floriano-CTF/UFPI  
<https://orcid.org/0000-0001-8526-0650>  
[mariaxavier@ufpi.edu.br](mailto:mariaxavier@ufpi.edu.br)

**Priscila de Sousa Leal**

Universidade Federal de Goiás-UFG  
<https://orcid.org/0000-0001-5002-6848>  
[spicila\\_leal@discente.ufg.br](mailto:spicila_leal@discente.ufg.br)

Artigo recebido em set/2023 e aceito em dez/2023

---

### RESUMO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa de cunho bibliográfico que foi desenvolvida com o objetivo de identificar se, e como os componentes físico-naturais aparecem na Base Nacional Comum Curricular – BNCC e no Currículo Estadual do Piauí, nos anos finais do ensino fundamental, se da forma que aparecem, favorecem a aprendizagem desses conteúdos. O artigo traz uma breve discussão sobre os componentes físico-naturais, com base, principalmente, em Morais e Roque Ascensão (2021), uma análise da Base Nacional Comum Curricular – BNCC e do currículo do Estado do Piauí, ambos com foco no componente curricular da Geografia. Em seguida, com base em Brasil (2017) e Silva (2019) apresenta os componentes físico-naturais, trabalhados em Geografia, nos anos finais do Ensino Fundamental. No desenvolver da pesquisa, foi possível perceber que esses componentes estão presentes tanto na BNCC, como no currículo do Estado do Piauí, porém concentrados, na sua maioria, em uma unidade temática: Natureza, ambiente e qualidade de vida e no sexto ano dessa etapa da educação básica. Ao final da pesquisa, pode-se afirmar que é possível perceber a presença desses componentes, a partir dos conhecimentos gerais destinados a unidade temática e ano de estudo, bem como nas habilidades apontadas na BNCC, habilidades estas, que se espera que o educando tenha desenvolvido ao término do ano de estudo correspondente. Observa-se, porém, que além da presença desses conteúdos nos documentos oficiais, faz-se necessária a contribuição de outros elementos para que se possa garantir uma aprendizagem significativa aos educandos.

**Palavras-chave:** Ensino de Geografia; Componentes físico-naturais; BNCC; Currículo do Piauí.

## ABSTRACT

This article is the result of a bibliographical study that was carried out with the aim of identifying whether and how the physical-natural components appear in the National Common Curriculum Base - BNCC and in the State Curriculum of Piauí, in the final years of elementary school, and whether the way they appear favors the learning of these contents. The article provides a brief discussion of the physical-natural components, based mainly on Moraes and Roque Ascensão (2021), an analysis of the National Common Curriculum Base - BNCC and the curriculum of the State of Piauí, both focusing on the curricular component of Geography. Then, based on Brasil (2017) and Silva (2019), it presents the physical-natural components worked on in Geography in the final years of elementary school. During the research, it was possible to see that these components are present in both the BNCC and the Piauí State curriculum, but mostly concentrated in one thematic unit: Nature, environment and quality of life and in the sixth year of this stage of basic education. At the end of the research, it can be said that it is possible to see the presence of these components, based on the general knowledge assigned to the thematic unit and year of study, as well as in the skills indicated in the BNCC, skills that students are expected to have developed by the end of the corresponding year of study. It should be noted, however, that in addition to the presence of these contents in the official documents, it is necessary to contribute other elements in order to guarantee meaningful learning for students.

**Keywords:** Teaching Geography; Physical-natural components; BNCC; Piauí Curriculum.

---

## 1. INTRODUÇÃO

A Geografia é a ciência que permite uma compreensão do espaço vivido, do espaço produzido, esta proposição é reiterada na Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Nesse documento a Geografia aparece como o componente curricular que oferece ao estudante as condições para que ele compreenda o mundo em que vive, mobiliza uma forma de pensar. Cavalcanti (2009, p. 64) pontua que “(...) ensinamos Geografia para que o aluno aprenda a pensar geograficamente”, entendendo pensamento geográfico como a capacidade geral de realizar a análise geográfica de fatos ou fenômenos.

Considerando essa assertiva, acreditamos que o currículo de Geografia, com base na BNCC, oferece às condições para que o educando desenvolva o pensamento geográfico, condição para que este educando consiga realizar uma leitura do espaço geográfico nas diferentes escalas, a partir do seu lugar de vivência. Essa leitura, passa necessariamente, de acordo com Moraes e Roque Ascensão (2021), pelo estudo dos componentes físicos-naturais, que segundo essas autoras constituem a base para compreensão do processo de uso do território.

Diante do exposto e o fato de atuarmos na Educação Básica em uma escola da Rede Federal de ensino, sediada no Estado do Piauí, sentimos a necessidade de fazer uma pesquisa bibliográfica com objetivo de identificar, nos documentos oficiais, em especial a BNCC e o Currículo do Estado do Piauí, se os componentes físico-naturais estão contemplados entre os conteúdos trabalhados pelo componente curricular Geografia, de que forma estão dispostos, e ainda, se a forma em que se apresentam favorecem o desenvolvimento do pensamento geográfico nesses educandos.

Para apresentar o resultado dessa pesquisa, esse artigo foi estruturado em três seções, na primeira, apoiados em Roque Ascensão (2009), Moraes (2011) e Moraes e Roque Ascensão (2021), apresentaremos uma breve discussão sobre os componentes físico-naturais e a importância do seu estudo na Educação Básica. Acreditamos ser necessária essa discussão, pois, ela traz argumentos que colaboram com o objetivo da pesquisa. Na seção dois é feito um relato do resultado da pesquisa realizada na BNCC e no currículo do Estado do Piauí, tendo como foco o currículo de Geografia e os componentes físico-naturais, e por fim, serão apresentadas algumas considerações relacionadas aos resultados adquiridos.

Esse trabalho objetiva contribuir com a identificação dos componentes físico-naturais na BNCC e no Currículo do Estado do Piauí, bem como na compreensão da disposição e objetivos da presença desses componentes nos documentos oficiais.

## **2. OS COMPONENTES FÍSICOS-NATURAIS E A IMPORTÂNCIA DO SEU ESTUDO NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Com o entendimento já asseverado por Moraes e Roque Ascensão (2021) de que na Educação Básica não se ensina Geografia física nem Geografia humana, sim Geografia, e ainda, concordando com essas autoras, reiteramos que os componentes físico-naturais constituem conhecimentos da Geografia escolar, ou seja, seu estudo deve estar presente na Educação Básica.

No entanto, cremos ser importante clarearmos bem um ponto, ao estudarmos os componentes físico-naturais, o que efetivamente estamos estudando? Quais são esses conteúdos? Relevo, clima, hidrografia, solo, etc, se esses elementos é o que nos vem em mente como resposta a essa pergunta, a resposta está parcialmente correta, porque? de fato é isso, mas não só isso, ou melhor, não dessa forma.

A concepção de componente físico-natural advém de uma reflexão sobre o significado que esses termos assumem diante de um conceito que se quer dinâmico e processual. Nesse sentido, componente foi a terminologia utilizada para indicar composição, tecer junto. Significa, ao mesmo tempo, compor em sua individualidade, sem perder de vista o todo, integrar em seu coletivo e interagir a parte e o todo em um dado espaço geográfico. (MORAIS; ROQUE ASCENSÃO, 2021, p. 18)

De acordo com essas pesquisadoras o estudo desses componentes físico-naturais não pode ocorrer de forma individualizada, na sua própria ontologia o termo componente já expressa composição. Sendo estes, os componentes físico-naturais do espaço geográfico, este, compreendido na perspectiva de Santos (1997), como um conjunto indissociável de sistemas de ações e sistemas de objetos, o estudo destes componentes só poderá ocorrer de forma integrada, entre eles e entre a sociedade. Mas, esse nem sempre foi o entendimento presente na Geografia, bem como não é o único entendimento professado atualmente.

Para compreendermos melhor essa assertiva, necessitamos voltar ao conceito de natureza, porém, antes de mergulhar nos mares teóricos que discutem esse conceito, é importante destacar que, este, não guarda em si uma unicidade, além de não ser um conceito pronto, acabado, ele se transforma ao longo do tempo e em diferentes vertentes epistemológicas. Considerando a visão de mundo de cada estudioso teremos compreensões diversas, a natureza como algo mágico/mitológico, como dádiva divina, como externa ao homem, como fruto do pensamento humano, como resultado de uma experiência ou de tomada de consciência, entre outras compreensões. Muitos estudiosos se dedicaram à compreensão deste conceito, trabalhos como os de Kesselring (2000) e Morais (2000), apresentam um pouco esse debate.

Kesselring (2000) se debruça sobre a evolução do conceito de natureza desenvolvido no ocidente. Destacamos aqui dois períodos explorados por esse pesquisador, que podem ser caracterizados como uma visão antiga da natureza, o primeiro, o período grego, quando a natureza (*physis*) era compreendida como oposição à arte e artesanato (*tèchne*), onde *tèchne* corresponde à capacidade do homem de construir coisas e *physis* representa o cosmo, o universo e tudo o que existe. Segundo este pesquisador, para os gregos, a natureza era vista como um processo circular, um processo de surgir e desvanecer, sendo eterna, não criada e imperecível. Não existe um criador, ela mesma é responsável pelo que surge e desaparece.

O outro período é a idade média, nele o autor caminha pela vertente cristã, onde a natureza passa pelo âmbito da criação, ou seja, ela tem um princípio e um fim, e o seu criador, Deus, está fora dela, não faz parte da natureza, o que se contrapõe ao pensamento grego, onde nada existe fora da natureza. A idade moderna, marca também a retirada do homem “de dentro da natureza” como um ser também criado por Deus, o homem passa ser visto externo a natureza, tornando-a um objeto da sua ciência e manipulação.

Em seus estudos, Morais (2000), destaca que com o desenvolvimento das ciências ocorreu a separação entre o natural e não-natural, a natureza tornou-se dessacralizada, penetrada de subjetividade, essa mudança traz uma nova visão da natureza, uma visão moderna, que segundo essa pesquisadora teve início na revolução ocasionada por Copérnico (1473-1543), quando este estudioso (astrônomo e matemático) rompe com a concepção do mundo baseado no sistema geocêntrico.

Nessa etapa da visão moderna da natureza, de acordo com Morais (2000) a natureza tornou-se externalizada a tudo que não seja mecânico-matemático, o homem (sociedade) não mais faz parte dela. A natureza aqui é compreendida como fonte de recursos e sua relação com o homem (sociedade) passa a ser mediada pelo trabalho, quando este extrai da natureza recursos prontos, como frutas e rochas.

Ainda, conforme expõe a autora em tela, essa visão da natureza passa por alterações no século XVIII, após a Revolução Industrial, com as reflexões realizadas pelos filósofos Kant e Hegel, estes filósofos, abriram caminho para uma nova relação entre homem (sociedade) e natureza, desta vez feita pelo viés da unidade, não pela dicotomia, no entanto, o fizeram a partir de diferentes teorias. Em Kant o espírito<sup>1</sup> é o pressuposto ou criador da natureza. Já Hegel defende que o homem toma consciência da existência da natureza, ela já o é, independentemente de ser concebida ou não.

Quaini (1979), citado por Morais (2000), aponta que Hegel supera os limites do criticismo kantiano, no que tange à separação entre natureza e história, passando a observar o homem enquanto ser natural e também como sujeito da história. Destaca ainda a autora que “a partir do idealismo, Hegel concebe que o homem e a natureza fazem parte de um único processo histórico, interagindo mutuamente para a formação do todo” (MORAIS, 2000, p.29)

Nessa linha de entendimento prossegue a autora:

A integração entre natureza e sociedade ocorre de forma tão integrada que se torna difícil conceber uma natureza sem o homem, pois quem atribui significado à natureza é a própria existência humana. É através do trabalho humano, como ressalta Smith (1988), que ocorre a produção da natureza. Neste sentido, a natureza deve ser entendida como algo inacabado, passível de realização de trocas em dimensões espaço-temporais do eterno vir-a-ser de cada situação histórica. (Ibidem, p.41)

Isso nos remete a Santos (1997) quando se refere a natureza como um valor, um recurso, mas segundo este geógrafo, a natureza só é valor, quando apropriada, desta forma, no processo histórico ela não é natural, sim social. Com esse entendimento o conceito de natureza vai ao encontro do conceito de componentes físico-naturais, defendido por Morais e Roque Ascensão (2021). Assim, compreendemos que os componentes não podem ser trabalhados de forma separada, compartimentada, mas sim integrados entre si e com os componentes sociais, pois formam um todo.

Mas, para que isso ocorra os professores necessitam ter o domínio desse conteúdo, o que de acordo com Morais e Roque Ascensão (2021) nem sempre ocorre, lhes falta o domínio dos conhecimentos específicos desse conteúdo. É relevante esclarecer que o conhecimento do conteúdo se refere tanto à matéria que se ensina quanto aos processos, conceitos, epistemologias e metodologias relacionadas a área de conhecimento em que a disciplina está inserida. Portanto, essa carência termina levando muitos professores a marginalizarem o ensino dos componentes físico-naturais em sala de aula, ou então o fazerem apenas conforme propõe o livro didático, sem dar significado desse ensino para seus educandos.

Por compreendermos que além da importância do domínio do conteúdo específico, por parte dos docentes, também é necessário a presença desses conteúdos no currículo escolar dispostos com

---

<sup>1</sup> Não o espírito do pensador individual, mas sim um ego transcendental que é imanente a todo pensamento humano, que Hegel denominou de idealismo subjetivo. (MORAIS, 2000, p. 28)

objetivos que favoreçam o processo de ensino-aprendizagem e a formação cidadã do estudante, veremos na seção seguinte se as temáticas referentes aos componentes físico-naturais estão presentes; e se estão, de que forma esses conteúdos são propostos nos documentos oficiais, base para o currículo escolar.

### **3. O ENSINO DOS COMPONENTES FÍSICO-NATURAIS NOS DOCUMENTOS OFICIAIS**

Tomando como referência os apontamentos de Suertegaray (2018), é possível sinalizar que os estudos da natureza, compreendidos neste texto como o estudo dos componentes físico-naturais em interação com as dinâmicas sociais, sempre estiveram presentes na Educação Básica, nos documentos oficiais. Contudo, esses conteúdos se modificaram ao longo do tempo, conforme atesta a autora:

“(…) apresentando-se muito densos, descritivos, classificatórios e, por vezes, explicativos, no período reconhecido como clássico na Geografia (desde a institucionalização da Geografia (1870) aos anos 1960 do século XX). Tornaram-se menos presentes, ou mesmo negados em outro período pelo menos nas propostas da época entre (1970/1980) e, mais recentemente, transformaram-se em elementos da natureza, apropriados e transformados socialmente, gerando impactos, em geral negativos, em relação à natureza (SUERTEGARAY, 2018, p.15).

Deste modo, conforme exposto na referência supracitada e entendendo que o ensino dos componentes físico-naturais deve assentar-se no contexto das relações sociais, organização e formas de apropriação e uso da natureza, veremos nos tópicos a seguir, como esses elementos aparecem na BNCC e no Currículo do Piauí.

#### **3.1. O Ensino da Geografia na BNCC: um olhar para os componentes físicos-naturais**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que tem como objetivo fundante estabelecer direitos e objetivos de aprendizagem para os estudantes da educação básica, e, estas aprendizagens, estão organizadas em competências<sup>2</sup> e habilidades<sup>3</sup>. Desde a sua homologação, a Base, tornou-se uma referência obrigatória para a elaboração dos currículos escolares dos sistemas educacionais, tanto da rede pública quanto privada, e determina as competências (gerais e específicas) as habilidades e as aprendizagens essenciais que todas as crianças, adolescentes e jovens devem desenvolver ao longo da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Em vista disso, e com o estabelecimento das unidades temáticas, dos objetos de conhecimento e das habilidades a serem desenvolvidas, a BNCC se tornou o instrumento de gestão que encaminha

---

<sup>2</sup> Na BNCC “competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BNCC, 2017, p. 8).

<sup>3</sup> Habilidades expressam as aprendizagens essenciais que devem ser asseguradas aos alunos nos diferentes contextos escolares (BNCC, 2017, p. 29).

a construção de propostas curriculares, sinalizando que o enfoque das ações pedagógicas deve estar orientado para o desenvolvimento de competências, “Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (BNCC, 2017).

Por esta razão e tomando como referência esses pressupostos, buscamos inicialmente averiguar o que a BNCC aponta em relação à grande área das Ciências Humanas, na qual, o componente curricular Geografia está inserido. Sendo possível constatar que sua indicação para essa área de conhecimento, refere-se principalmente à tarefa de proporcionar aos estudantes a capacidade de compreender os fenômenos sociais e naturais por meio da leitura de mundo e dos seus processos. Nesse documento, em relação à função da Geografia no currículo escolar, está explícito que “estudar Geografia é uma oportunidade para compreender o mundo em que se vive” (BNCC, 2017, p. 359).

Assim, nossa intenção centrou-se no esforço de investigar como a educação geográfica, notadamente o componente curricular Geografia, está estruturado na BNCC. Para essa análise, realizamos o recorte do Ensino Fundamental (EF), Anos Finais, 6º ao 9º, com o objetivo de demonstrar em que medida os componentes físico-naturais aparecem e são indicados no documento, nesta etapa da Educação Básica. Dessa forma, com a intenção de tornar mais didática essa visualização, apontamos no (Quadro 1) como a BNCC evidencia nas competências a importância de se compreender as interações entre sociedade e o meio físico-natural.

**Quadro 1:** Competências articuladas à relação sociedade-natureza.

Competências Gerais	Competências Específicas de Ciências Humanas	Competência Específicas de Geografia
Utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade.	Identificar, comparar e explicitar a intervenção do ser humano na natureza e na sociedade.	Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/natureza.

Fonte: Elaboração Própria. Adaptado BNCC, 2017.

Diante do exposto no quadro 1, é possível dizer que ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a educação geográfica deve levar o estudante a compreender o espaço produzido e vivido, observando os fenômenos historicamente construídos através da interação sociedade e natureza, “o que o torna responsável tanto pelo saber produzido quanto pelo controle dos fenômenos naturais e históricos dos quais é agente” (BNCC, 2017, p. 353).

Ademais, para garantir o desenvolvimento das competências específicas, a BNCC estabeleceu para cada componente curricular um conjunto de habilidades. Essas habilidades estão relacionadas a diferentes objetos de conhecimento, que por sua vez são organizados em unidades temáticas. Na

componente curricular Geografia as unidades temáticas são comuns a todos os anos do Ensino Fundamental, sendo dispostas da seguinte maneira: [1] O sujeito e seu lugar no mundo [2] Conexões e escalas [3] Mundo do trabalho [4] Formas de representação e pensamento espacial [5] Natureza, ambientes e qualidade de vida.

Já no que diz respeito à distribuição dos componentes físico-naturais nos Anos Finais do Ensino Fundamental, percebemos a predominância dessa temática no 6º ano. Sendo que a Unidade Temática “*Natureza, ambiente e qualidade de vida*” é a que mais indica o trabalho com os componentes físico-naturais, embora esses temas também sejam abordados em outras unidades temáticas ao longo dos anos finais, como “Conexão e Escala” e “Mundo do trabalho”, conforme exposto no (Quadro 2):

**Quadro 2** – Distribuição dos componentes físico-naturais nos Anos Finais do Ensino Fundamental / Geografia.

<b>6º ANO – ENSINO FUNDAMENTAL</b>		
<b>Unidade temática</b>	<b>Objetos de Conhecimento</b>	<b>Habilidades e/ou aprendizagens Essenciais</b>
Conexões e Escalas	-Relação entre os componentes físicos-naturais	-Descrever os movimentos dos planetas e sua relação com a circulação geral da atmosfera, o tempo atmosférico e os padrões climáticos. -Descrever o ciclo da água, comparando o escoamento superficial no ambiente urbano e rural, reconhecendo os principais componentes da morfologia das bacias e das redes hidrográficas e a sua localização no modelado da superfície terrestre e da cobertura vegetal. -Relacionar padrões climáticos, tipos de solo, relevo e formações vegetais.
Mundo do trabalho	-Transformação das paisagens naturais e antrópicas	-Identificar as características das paisagens transformadas pelo trabalho humano a partir do desenvolvimento da agropecuária e do processo de industrialização. -Explicar as mudanças na interação humana com a natureza a partir do surgimento das cidades.
Natureza, Ambientes e qualidade de vida	- Biodiversidade e Ciclo hidrológico; - Atividades humanas e dinâmica climática.	- Explicar as diferentes formas de uso do solo (rotação de terras, terraceamento, aterros etc.) e de apropriação dos recursos hídricos (sistema de irrigação, tratamento e redes de distribuição), bem como suas vantagens e desvantagens em diferentes épocas e lugares. - Analisar distintas interações das sociedades com a natureza, com base na distribuição dos componentes físico-naturais, incluindo as transformações da biodiversidade local e do mundo. - Identificar o consumo dos recursos hídricos e o uso das principais bacias hidrográficas no Brasil e no mundo, enfatizando as transformações nos ambientes urbanos.
<b>7º ANO – ENSINO FUNDAMENTAL</b>		
<b>Unidade temática</b>	<b>Objetos de Conhecimento</b>	<b>Habilidades e/ou aprendizagens Essenciais</b>
Natureza, Ambientes e	-Biodiversidade brasileira	-Caracterizar dinâmicas dos componentes físico-naturais no território nacional, bem como sua distribuição e biodiversidade (Florestas Tropicais,

qualidade de vida		Cerrados, Caatingas, Campos Sulinos e Matas de Araucária). -Comparar unidades de conservação existentes no Município de residência e em outras localidades brasileiras, com base na organização do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).
<b>8º ANO – ENSINO FUNDAMENTAL</b>		
<b>Unidade temática</b>	<b>Objetos de Conhecimento</b>	<b>Habilidades e/ou aprendizagens Essenciais.</b>
Mundo do trabalho	- Transformações do espaço na sociedade urbano-industrial na América Latina;	-Analisar a importância dos principais recursos hídricos da América Latina (Aqüífero Guarani, Bacias do rio da Prata, do Amazonas e do Orinoco, sistemas de nuvens na Amazônia e nos Andes, entre outros) e discutir os desafios relacionados à gestão e comercialização da água.
Natureza, Ambientes e qualidade de vida	- Diversidade ambiental e as transformações nas paisagens na América Latina.	-Identificar os principais recursos naturais dos países da América Latina, analisando seu uso para a produção de matéria-prima e energia e sua relevância para a cooperação entre os países do Mercosul.
<b>9º ANO – ENSINO FUNDAMENTAL</b>		
<b>Unidade temática</b>	<b>Objetos de Conhecimento</b>	<b>Habilidades e/ou aprendizagens Essenciais.</b>
Conexão e Escala	-Intercâmbios históricos e culturais entre Europa, Ásia e Oceania	-Analisar os componentes físico-naturais da Eurásia e os determinantes histórico-geográficos de sua divisão em Europa e Ásia.
Natureza, Ambientes e qualidade de vida	Diversidade ambiental e as transformações nas paisagens na Europa, na Ásia e na Oceania	-Identificar e comparar diferentes domínios morfoclimáticos da Europa, da Ásia e da Oceania. -Explicar as características físico-naturais e a forma de ocupação e usos da terra em diferentes regiões da Europa, da Ásia e da Oceania. - Identificar e analisar as cadeias industriais e de inovação e as consequências dos usos de recursos naturais e das diferentes fontes de energia (tais como termoelétrica, hidrelétrica, eólica e nuclear) em diferentes países.

Fonte: Elaboração Própria. Adaptado BNCC, 2017.

Observa-se, portanto, que nos Anos Finais do Ensino Fundamental, a Base propõe estudos da natureza e sociedade de modo que os estudantes compreendam a produção social do espaço e a transformação em território usado. Contudo, é importante que o professor tenha a clareza de que os temas indicados devem ser trabalhados de forma integrada na Educação Básica, evitando a recorrente dicotomia entre sociedade e natureza.

Desta maneira, as referências da BNCC para as temáticas que consideram os componentes físico-naturais devem ser discutidas, nos currículos locais, levando-se em consideração as possíveis condições que esses sistemas educacionais dispõem para realizar um ensino crítico-reflexivo sobre as temáticas físico-naturais do espaço geográfico (MORAIS, 2011).

Pois, uma vez que a proposta do documento está centrada em objetivos e, não explicitamente em listagem de conteúdo, esses temas deverão ser desdobrados de acordo com cada plano político pedagógico do professor (SUERTEGARAY, 2018). Este, por sua vez, deve considerar que ao subsidiar

a compreensão do contexto da natureza vivida e apropriada pelos processos sociais, possibilita aos educandos o desenvolvimento do pensamento geográfico com criticidade.

Em razão dessas considerações discutidas até o momento, destacamos a seguinte afirmação da BNCC, “quanto mais um cidadão conhece os elementos físico-naturais e sua apropriação e produção, mais pode ser protagonista autônomo de melhores condições de vida” (BNCC, 2017, p. 365). Morais (2011) coaduna com esse pensamento ao defender a importância que o ensino dos componentes físico-naturais possui para a formação cidadã. E, ainda, esclarece que para a educação geográfica contemplar esse tipo de formação, o ensino dos componentes físico-naturais deve ser realizado em meio a contextualização da sociedade atual. No próximo item analisaremos como o ensino dos componentes físico-naturais se apresenta no Currículo do Piauí-PI.

### **3.2. Currículo do Piauí e o ensino dos componentes físico-naturais**

O currículo apresenta-se como o instrumento, por excelência, de disseminação do conhecimento e tem como objetivo orientar os conhecimentos escolares. O currículo também é dinâmico, flexível, histórico e social, e deve ser construído de forma que favoreça a educação e, no caso do ensino de Geografia, o currículo deve proporcionar as condições para que a Geografia escolar cumpra seu papel, ou seja, leve o estudante a desenvolver o pensamento geográfico. Nesse sentido, observamos aqui como o currículo construído no Estado do Piauí, à luz da BNCC contribui para esse ensino, em especial o ensino dos componentes físico-naturais.

A partir da aprovação da BNCC, o Estado do Piauí, a exemplo das outras unidades da federação, iniciou uma trajetória de estudos com professores da educação básica das mais diversas áreas do conhecimento, que atuam nas redes de ensino pública (estadual e municipal) e privada do Estado, contando com a contribuição de especialistas das Instituições de Ensino Superior, esses estudos tinham como objetivo a construção do currículo estadual, um documento de referência para a rede estadual e as redes municipais que fizessem adesão ao processo.

De acordo com Silva (2019, p. 9) “Esse documento foi construído a partir de estudos para o entendimento da proposta da BNCC, o histórico curricular local, as pluralidades e diversidades dos vários documentos existentes, incluindo os currículos dos municípios” na expectativa de contribuir efetivamente para a garantia da aprendizagem do educando, respeitando suas especificidades e atendendo às suas necessidades. Tendo como meta “... a construção de um Currículo que respeite a diversidade e assegure o direito às diferenças dos alunos, em suas distintas realidades e em consonância com as orientações da BNCC, homologada em 2017”. (SILVA, 2019, p.16).

Para garantir o cumprimento desse propósito foram definidos princípios para o desenvolvimento da educação no Estado, princípios esses que devem nortear a atuação de todos os

agentes da educação estadual, garantindo assim uma sintonia nos Projetos Políticos Pedagógicos de cada escola, bem como nos planos de aula dos professores. Silva (2019, p.419) apresenta esses princípios:

- \* Aquisição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores por meio do aprender a aprender, da relação dialética do ser humano com a sociedade e da conexão e colaboração entre sujeito construtor do conhecimento e objeto a ser conhecido;
- \* Desenvolvimento articulado de competências intelectuais, socioemocionais, físicas e culturais, que levam à superação de situações e problemas com vistas à formação plena dos estudantes (MORIN, 2001);
- \* Mediação do professor, responsável por planejar e implementar estratégias pedagógicas eficazes para o processo de educação integral dos alunos;
- \* Formação de indivíduos autônomos, conscientes e críticos, por meio da troca de informações e experiências que possibilitem o desenvolvimento de competências necessárias para a vida e vivência plena da cidadania, envolvendo a formação de valores como solidariedade, honestidade, respeito e responsabilidade.
- \* Garantia da equidade e qualidade da educação e do direito de aprender;
- \* Aprendizagem significativa para a vida dos estudantes, considerando o conhecimento prévio que trazem consigo, sua prática social e seu potencial de aprender (MARCHIORSTO, 2013).

A partir desses princípios o Estado espera garantir uma educação de qualidade oferecendo a todos os seus educandos uma “...experiência global em seu processo de formação” (SILVA, 2019, p. 26). Nesse sentido, o componente curricular Geografia, que constitui um dos saberes das Ciências Humanas, tem muito a contribuir, pois de acordo com o Currículo do Piauí este componente tem como princípio:

...conhecer, compreender e analisar as relações sociais bem como suas interferências no espaço, deve ter como foco um ensino que desenvolva no estudante diferentes competências, uma formação cidadã comprometida com a realidade local, regional e global (SILVA, 2019, p. 421)

O currículo de Geografia do Piauí apresenta predominantemente uma Geografia escolar híbrida, ou seja, busca uma integração entre natureza e sociedade, seguindo a orientação posta na BNCC. No que diz respeito à disposição desses elementos nos anos finais do ensino fundamental, o currículo do Piauí segue a mesma disposição da BNCC. Está organizado em Unidades Temáticas, habilidades e/ou aprendizagens essenciais e objetos do conhecimento.

No currículo estadual foram acrescentadas algumas habilidades, resultantes das discussões ocorridas e que atendem às demandas específicas do Estado.

**Quadro 3** – Distribuição dos componentes físico-naturais nos Anos Finais do Ensino Fundamental / Currículo do Piauí / Habilidades acrescentadas.

<b>6º ANO – ENSINO FUNDAMENTAL</b>		
<b>Unidade temática</b>	<b>Objetos de Conhecimento</b>	<b>Habilidades e/ou aprendizagens Essenciais</b>
Conexões e Escalas	-Relação entre os componentes físicos-naturais	-Analisar as condições climáticas em diferentes escalas geográficas (do microclima local ao global), compreendendo a articulação e interação entre os elementos e fatores. - Distinguir tempo atmosférico de clima. - Identificar os climas predominantes no Brasil e no Piauí. - Analisar e problematizar as causas e consequências das práticas humanas na dinâmica climática.
Natureza, Ambientes e qualidade de vida	- Biodiversidade e Ciclo hidrológico	- Identificar os componentes de uma bacia hidrográfica e as influências no modelado do relevo e cobertura vegetal
<b>7º ANO – ENSINO FUNDAMENTAL</b>		
<b>Unidade temática</b>	<b>Objetos de Conhecimento</b>	<b>Habilidades e/ou aprendizagens Essenciais</b>
Natureza, Ambientes e qualidade de vida	-A degradação ambiental	- Identificar os problemas ambientais resultantes das atividades econômicas (agropecuária, indústria etc.) no campo e na cidade - Reconhecer a importância das áreas de proteção ambiental para a preservação/conservação dos recursos naturais, enfatizando o papel dos movimentos ambientalistas - Adotar atitudes responsáveis no meio em que vive, evitando desperdícios.
<b>8º ANO – ENSINO FUNDAMENTAL</b>		
<b>Unidade temática</b>	<b>Objetos de Conhecimento</b>	<b>Habilidades e/ou aprendizagens Essenciais.</b>
Natureza, Ambientes e qualidade de vida	- Diversidade ambiental e as transformações nas paisagens na América Latina.	- Compreender as desigualdades sociais e econômicas a partir da apropriação das riquezas naturais dos países da América e da África
<b>9º ANO – ENSINO FUNDAMENTAL</b>		
<b>Unidade temática</b>	<b>Objetos de Conhecimento</b>	<b>Habilidades e/ou aprendizagens Essenciais.</b>
Natureza, Ambientes e qualidade de vida	Diversidade ambiental e as transformações nas paisagens na Europa, na Ásia e na Oceania	- Compreender as transformações da paisagem da Europa, da Ásia e Oceania a partir das relações entre natureza, meio e atividades antrópicas, enfatizando a necessidade da conservação dos recursos naturais nestes locais e no seu espaço de vivência. - Reconhecer as diferentes paisagens, relacionando-as aos diferentes modos de viver dos povos na Europa, na Ásia e na Oceania.

**Fonte:** Elaboração Própria. Adaptado SILVA, 2019.

Uma análise do quadro acima nos leva a inferir que a Geografia escolar proposta para ser desenvolvida na sala de aula difere das abordagens tradicionais comuns nos currículos da educação básica, bem como nos livros didáticos, a Geografia aqui proposta busca uma integração dos fenômenos físico-naturais e sociais, ao término do ensino Fundamental terá sido ofertada ao estudante

às condições para este desenvolver um pensamento e raciocínio geográfico, pressuposto sobre o qual está assentada essa proposta curricular.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A BNCC é um documento passível de muitas críticas, como as que foram feitas por Couto (2016), relacionadas principalmente à sua operacionalização e as realizadas por Suertegaray (2016), relacionadas ao conteúdo de Geografia, com as quais concordamos, no entanto, não podemos deixar de registrar que esse é um documento inovador, que trata de direitos, apresenta os conhecimentos que todo estudante tem o direito de adquirir durante sua formação na educação básica. A Geografia aparece como um componente curricular importante no Ensino Fundamental, por ser o componente que possibilita uma leitura de mundo. A forma como estão dispostos os conteúdos, a partir de unidades temáticas, traz novas possibilidades para essa leitura de mundo, integrando natureza e sociedade, premissa que permeia todo esse estudo. O Currículo do estado do Piauí segue o mesmo viés metodológico.

Esses documentos tencionam um ensino de Geografia significativo para os estudantes, com ênfase no desenvolvimento do pensamento geográfico, o que torna o estudo dos componentes físico-naturais fundamentais, estudo este, que não deve ocorrer de forma compartimentada, mas sim integrada, de forma transdisciplinar, proposta visível nesses documentos, exposta através de habilidades que os estudantes devem desenvolver ao fim de cada ano de estudo. No entanto, para que essa proposta possa apresentar resultados favoráveis ao aprendizado do estudante, bem como à sua formação cidadã, outros elementos precisam ser observados, como o Projeto Político da Escola, a formação docente, às condições para o exercício da docência na escola e a visão de mundo do professor mediador, elementos esses, objeto de outros estudos.

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 24 jun. 2020.

CAVALCANTI, L. S. **Pensar pela Geografia: ensino e relevância social**. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2019. 232p.

COUTO, M. A. C. Base Nacional Comum Curricular - BNCC Componente Curricular: Geografia. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia**, Goiás, v. 12, n. 19, p. 183–203, 2016.

KESSELRING, T. O conceito de natureza na história do pensamento ocidental. **Episteme**, Porto Alegre, n. 11, p. 153-172. 2000.

MORAIS, E. M. B.; ROQUE ASCENÇÃO, V. O. Uma questão além da semântica: investigando e demarcando concepções sobre os componentes físico-naturais no Ensino de Geografia. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 41, n. 1, e.65814, 2021.

MORAIS, E. M. B. **O ensino das temáticas físico-naturais na Geografia escolar**. 2011. 310 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MORAIS, E. M. B. As temáticas físico-naturais no ensino de Geografia e a formação cidadã. **Revista Anekumene**, n. 2, p. 195–204, 2011.

MORAIS, E. M. B. **A ideia de natureza na prática cotidiana**. 2000. 198 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Socioambientais) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000.

ROQUE ASCENÇÃO, V. O. **Os conhecimentos docentes e a abordagem do relevo e suas dinâmicas nos anos finais do Ensino Fundamental**. 2009. 150 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SANTOS, M. **A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Hucitec, São Paulo, 1997. 392p.

SILVA, C. A. P. **Currículo do Piauí: um marco para a educação do nosso estado**. Teresina: SEDUC, 2019. Disponível em < [www.seudc.pi.gov.br](http://www.seudc.pi.gov.br) >. Acesso em: 20 jun. 2020.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Base Nacional Comum Curricular: Parecer sobre o documento de Geografia**. Porto Alegre. 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2023.

SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia Física na Educação Básica ou o que ensinar sobre natureza em Geografia? In: MORAIS, E. M.; ASCENÇÃO, V. O. R. **Contribuições da Geografia física para o ensino de Geografia**. Goiânia: C&A AlfaComunicação, 2018. p. 13–32.